



**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
CABO VERDE**

# **CONTAS NACIONAIS ANO DE BASE 2015**

**PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E SEUS  
IMPACTOS NO PIB**

**2022**

# **CONTAS NACIONAIS ANO BASE 2015**

**PRINCIPAIS ALTERAÇÕES E SEUS  
IMPACTOS NO PIB**



<b>Instituição</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>Presidente</b>	Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges
<b>Vice-Presidente</b>	Fernando Rocha
<b>Diretora Administrativa</b>	Maria Goreth de Carvalho
<b>Edição</b>	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: <a href="mailto:inecv@ine.gov.cv">inecv@ine.gov.cv</a>
<b>Design e Composição</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>Diretor do Departamento das Contas Nacionais</b>	João Cardoso
<b>Coordenação Técnica</b>	José Fernandes
<b>Coordenador de Mudança do Ano Base</b>	Joseph Brites
<b>Equipa Técnica</b>	Bertalino Moreira Carlos Craveiro Cátia Costa Emanuela Santos Ilidio Cabral Ivaldino Gonçalves Ivandro Aparício Jacinta Galvão João Cardoso Paulo Barbosa
<b>Agradecimentos:</b>	Madame Charlotte Schiltz (Consultora FMI) Monsieur Erith Nghogue (Consultor FMI) Madame Lamia Laabar (HCP de Marrocos) Madame Sophie Bourrel (Consultora INSEE de França/ Programa PAS)
<b>Revisão</b>	
<b>Data Publicação</b>	<b>Fevereiro 2022</b>
<b>Apoio ao utilizador</b>	Divisão de Comunicação, Difusão e Relação Institucionais <a href="mailto:difusao.ine@ine.gov.cv">difusao.ine@ine.gov.cv</a>
<b>© Copyright 2013</b>	<b>Instituto Nacional de Estatística</b>

## Índice

CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO .....	7
OBJETIVOS DA REVISÃO .....	8
<b>I. AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS .....</b>	<b>8</b>
I.1. Nomenclatura de atividades e produtos.....	8
I.2. Melhoria da cobertura das fontes de dados .....	8
I.2.1. As novas fontes de dados .....	9
I.2.2. Inquéritos específicos.....	10
I.3. Novos métodos de cálculos e de estimativa .....	11
I.3.1. O método de cálculo do SIFIM.....	11
I.3.2. Método de cálculo da produção dos serviços de seguros não vida .....	11
I.3.3. Outras alterações.....	12
<b>II. RESULTADOS DA REVISÃO E DA TRANSIÇÃO PARA O SCN 2008 .....</b>	<b>13</b>
II.1 Comparação dos resultados das contas nacionais de 2015 nas duas bases .....	13
II.1.1. Ótica da produção .....	13
II.1.1.1 Setor Primário.....	13
II.1.1.2 Setor Secundário.....	14
II.1.1.3 Setor Terciário .....	15
II.1.2. Ótica da procura.....	15
II.1.3. Ótica do rendimento .....	16
II.2 Comparação dos indicadores de desempenho económico.....	17
<b>III. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ENTRE 2015 E 2016.....</b>	<b>17</b>
III.1 Taxa de variação na ótica de produção.....	18
III.2 Taxa de variação na ótica da despesa.....	18
<b>IV. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>19</b>
<b>V. ANEXO .....</b>	<b>20</b>

## Índice de tabelas

TABELA 1 : IMPACTOS DIRETOS DAS ALTERAÇÕES METODOLÓGICAS POR COMPARAÇÃO COM A BASE 2007 DAS CONTAS NACIONAIS.....	12
TABELA 2 : PIB SEGUNDO AS BASES DE 2015 E 2007 (EM MILHÕES DE CVE) .....	13
TABELA 3 : DESVIO DOS VALORES ACRESCENTADOS DO SETOR PRIMÁRIO ENTRE AS BASES 2015 E 2007 ....	14
TABELA 4: DESVIO DOS VALORES ACRESCENTADOS DO SETOR SECUNDÁRIO ENTRE AS BASES 2015 E 2007	14
TABELA 5: DESVIO DOS VALORES ACRESCENTADOS DO SETOR TERCIÁRIO ENTRE AS BASES 2015 E 2007....	15
TABELA 6: EMPREGOS DO PIB, BASES 2015 E 2007 .....	16
TABELA 7: PIB NA ÓTICA DO RENDIMENTO: BASES 2015 E 2007.....	17
TABELA 8: RESULTADOS DE ALGUNS INDICADORES MACROECONÓMICOS (2015): BASE 2015 E 2007.....	17
TABELA 9: PIB, EM VOLUME, PESO E CONTRIBUIÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADE (BASE 2015) .....	18
TABELA 10: EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS DO PIB, EM VOLUME (BASE 2015).....	18

## ABREVIATURAS

APU	Administração Pública
BCV	Banco de Cabo Verde
BPM6	Manual da Balança de Pagamentos e de Posição de Investimento Internacional sexta edição
CAE-CV	Classificação das Atividades Económicas de Cabo Verde
CITA	Classificação Internacional Tipo, por Atividade
CNBS	Classificação Nacional de Bens e Serviços
COICOP	Classificação do Consumo Individual por Objeto
CPC	Classificação Central de Produtos
DNRE	Direção Nacional de Receitas do Estado
ERETES	Equilibre Ressources Emplois Tableau Entrés Sorties
FMI	Fundo Monetário Internacional
HCP	Haut-Commissariat au Plan – Marrocos
IAE	Inquérito Anual às Empresas
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INECV	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
IPC	Índice de Preços no Consumidor
MAA	Ministério de Agricultura e Ambiente
ODINE	Órgãos Delegados do INE
PAS	Programa Africano de Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
SCN 1993	Sistema de Contabilidade Nacional 1993
SCN 2008	Sistema de Contabilidade Nacional 2008
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas 2010
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIFIM	Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos
VAB	Valor Acrescentado Bruto

## CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos anos, as Nações Unidas têm vindo a fazer esforços no sentido de promover a harmonização metodológica nos vários domínios, nomeadamente a nível da elaboração das contas nacionais, permitindo maior comparabilidade entre os países.

As Nações Unidas e as Organizações Regionais recomendam a implementação do Sistema de Contabilidade Nacional de 2008 (SCN 2008). Com efeito, na decorrência dessas recomendações e de apelos feitos nos eventos internacionais, regionais e sub-regionais sobre contas nacionais, vários países já o implementaram e outros estão em vias da sua implementação.

As normas, classificações e regras de contabilidade nacional adotáveis na elaboração das contas nacionais foram revistas pelo SCN 2008. Essa revisão tornou-se necessária em decorrência das grandes alterações verificadas na sociedade e na economia ao longo dos últimos anos, em particular ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), das inovações financeiras, da crescente relevância dos ativos intangíveis, da propriedade intelectual de produtos e serviços, bem como dos fenómenos associados à globalização.

Simultaneamente, nos últimos anos, a nível internacional, foram tomadas medidas significativas para melhorar a comparabilidade dos padrões internacionais das contas nacionais e da balança de pagamentos. Estes passos incluem o reforço da harmonização do SCN 2008, do Manual da Balança de Pagamentos e de Posição de Investimento Internacional sexta edição (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI). As importações e exportações só são registadas após a mudança efetiva da propriedade. Entretanto, foram dadas outras orientações sobre o tratamento do comércio externo.

Consequentemente, o atual quadro metodológico para a produção de dados das contas nacionais (SCN 1993) de Cabo Verde foi substituído por um novo Sistema de Contabilidade Nacional: o SCN 2008.

Tal como aconteceu com o SCN 1993, também o SCN 2008 permite uma implementação faseada de acordo com a disponibilidade de informação de base, mas também de recursos (humanos, materiais e financeiros). A presente publicação é a primeira fase do trabalho e apresenta a parte das contas referentes às operações sobre bens e serviços.

A mudança do ano base de 2015 foi feita com o programa informático ERETES.

O trabalho de mudança do ano base, bem como a capacitação dos técnicos na utilização do sistema ERETES, contou com o apoio das seguintes instituições: Haut-Commissariat au Plan (HCP) de Marrocos, FMI (AfrítacWest2) e Programa PAS (Programa Africano de Estatística).

## **OBJETIVOS DA REVISÃO**

### **I. AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS**

Uma missão de diagnóstico fez uma análise exaustiva às atuais contas (nomenclaturas, fontes de informação, nível de cobertura, etc), com base nos pressupostos do SCN 2008, tendo em conta a realidade económica do país.

Relativamente aos Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM), embora a metodologia seja a mesma do SCN 2008, foi identificada, no entanto, a necessidade de um trabalho mais articulado com o Banco de Cabo Verde (BCV), no sentido de se encontrar a melhor taxa de referência.

No que se refere aos dados do comércio externo, as duas instituições adotaram o mesmo procedimento de trabalho para uma melhor convergência de resultados.

#### **I.1. Nomenclatura de atividades e produtos**

Na implementação do SCN 1993 (base 2007), o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV) teve a oportunidade de já ter adotado:

- a Classificação de Atividade Económica de Cabo Verde (CAE-CV rev1) que é compatível com a Classificação Internacional Tipo, por atividade (CITA rev4);
- e a Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS-CV rev1) que é compatível com a Classificação Central de Produtos (CPC 2.0),

ambas previstas para o SCN 2008. Isto significa que se poderá construir a base apenas com algumas agregações ou desagregações, tendo em conta a experiência passada e a disponibilidade ou não de fontes de informação, mas nada de muito extraordinário.

#### **I.2. Melhoria da cobertura das fontes de dados**

A escolha do ano 2015 fundamenta-se na existência de fontes de informações importantes que têm esse mesmo ano como referência. Em 2015, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) iniciou com a recolha de dados de algumas operações de grande importância nomeadamente:

- O V Recenseamento Geral da Agricultura (V RGA) - que permitiu uma atualização da base de amostragem das explorações agrícolas e da estrutura agrária, com vista a realização de inquéritos de seguimento sobre a produção, preços no produtor e custos de produção;
- O III Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (III IDRF) que não só permitiu estimar a despesa de consumo final das famílias, mas também fornecer dados para a

atualização do cabaz do Índice de Preços no Consumidor (IPC) e a mudança do ano base deste indicador.

- O II Inquérito ao Setor Informal
- Outros indicadores de curto prazo passaram a fazer parte da grelha de publicação do INE, nomeadamente: o índice de preços mensal do comércio externo, o indicador trimestral da atividade do setor dos serviços e o índice trimestral de preços turísticos.

### **I.2.1. As novas fontes de dados**

#### **a) Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (IDRF 2015)**

Este inquérito foi realizado junto das famílias com objetivo de recolher informações que permitam estimar o nível e a estrutura das despesas de consumo e das receitas das famílias, atualizar os ponderadores do IPC e estimar o consumo final (CF) mercantil e não mercantil das famílias segundo as doze componentes da nomenclatura de funções de consumo individual das famílias (COICOP). O IDRF 2015 é um inquérito representativo a nível nacional e dos concelhos, mas também a nível de cada meio (urbano e rural). A recolha de dados estendeu-se por 12 meses e cobriu uma amostra de 6.912 agregados familiares com uma taxa de resposta de 90%.

#### **b) Recenseamento Geral da Agricultura (RGA 2015)**

O Recenseamento Geral de Agricultura (RGA 2015) é uma operação estatística de grande dimensão realizada pelo Ministério da Agricultura e Ambiente e o Instituto Nacional de Estatística, com objetivo de contribuir na atualização e melhoria da produção das estatísticas agrícolas através de uma renovação de informações estruturais sobre a agricultura cabo-verdiana e atualização da base para estimativas de estatísticas agrícolas.

#### **c) Inquérito ao Setor Informal (2015)**

O setor informal é definido como sendo um conjunto de unidades de produção de bens e/ou serviços não agrícolas gerida por indivíduos que, em sua atividade principal ou secundária, são patrões ou trabalhadores por conta própria. Adicionalmente, observa-se que essas unidades de produção são desprovidas de um número de identificação fiscal (NIF) e/ou de uma contabilidade organizada.

O inquérito baseou-se na metodologia dos Inquéritos 1-2-3, para os quais, as entrevistas relativas ao setor informal, são realizadas numa segunda fase, junto aos empreendedores de unidades de produção informais, identificados durante um inquérito ao emprego, realizado na primeira fase.

O inquérito ao setor informal 2015 é o segundo do género realizado em Cabo Verde pelo Instituto Nacional de Estatística, tendo sido o primeiro realizado em 2009/2010 e, para o efeito, foi utilizada a mesma metodologia.

#### **d) Inquérito Anual às Empresas de 2015**

O Inquérito Anual às Empresas (IAE) é uma inquirição feita por amostragem e de forma exhaustiva as empresas que exercem atividades económicas no território cabo-verdiano, que sejam fixas, visíveis, registadas ou não. Tem uma cobertura geográfica nacional e abrange todos os 22 concelhos do país.

A amostragem é aplicada às empresas sem contabilidade organizada e que tenham como forma jurídica “Empresas individuais”. Para as empresas com contabilidade organizada e que tenham as seguintes formas jurídicas, “Sociedades por quotas”, “Sociedades anónimas de responsabilidade limitada”, “Empresas públicas”, “Cooperativas”, o inquérito é realizado de forma exhaustiva, ou seja, todas as empresas são inquiridas.

De salientar que, o tratamento da fonte IAE conheceu melhorias significativas após a publicação da portaria<sup>1</sup> que definiu o modelo da declaração anual de informação contabilística e fiscal (DAICF), permitindo aos sujeitos passivos cumprirem as suas obrigações declarativas. Essa melhoria traduziu-se, não só na obtenção de mais e melhores informações com mais detalhes, mas também na obtenção rápida dessas informações uma vez que as mesmas são enviadas de forma eletrónica para a Direção Nacional das Receitas do Estado (DNRE).

#### **e) Fontes administrativas diversas**

Foram aproveitadas diferentes fontes administrativas tais como: Administração Central e Local e instituições públicas.

#### **I.2.2. Inquéritos específicos**

Para a obtenção da estrutura de consumo intermédio do ano base, foi realizado um inquérito sobre estrutura do consumo intermédio.

Com o objetivo de obtenção das taxas de margem comercial grossista e retalhista de alguns produtos, um inquérito específico sobre a formação de preço foi realizado junto das empresas.

---

<sup>1</sup> Portaria nº 9/2017 – BO I Série N° 13 de 20 de março de 2017

### **I.3. Novos métodos de cálculos e de estimativa**

No plano metodológico, a migração para o SCN 2008 permitiu levar em conta aspetos importantes, tais como os métodos de cálculo do SIFIM e da produção dos serviços de seguros não vida.

#### **I.3.1. O método de cálculo do SIFIM**

O SCN 2008 recomenda que o Serviço de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM) seja calculado com base numa “taxa de referência”, que representa a justa remuneração do capital posto à disposição dos emprestadores. Esclarece ainda que esta taxa de referência pode ser a taxa implícita praticada sobre o mercado dos empréstimos interbancários.

Para a estimativa do SIFIM, deparou-se com muitas dificuldades, dado que a taxa de juro de referência (taxa de juro de empréstimo interbancário) não é praticada em Cabo Verde. Quanto à taxa de 3,5 % praticada sobre os empréstimos aos bancos, continua muito teórica, porque nenhuma transação deste tipo ocorreu desde há vários anos.

Como alternativa, decidiu-se utilizar como taxa de referência a taxa de rentabilidade das obrigações do tesouro. Esta taxa não corresponde à taxa recomendada pelo SCN, mas apresenta, pelo menos, a vantagem de conduzir a SIFIM positivo para todo o período que foi possível estudar.

Essa mesma taxa serviu para o cálculo de importação e exportação do SIFIM, com impactos claros sobre a Balança de Pagamento.

#### **I.3.2. Método de cálculo da produção dos serviços de seguros não vida**

A produção do seguro não vida é calculada a partir das informações provenientes dos relatórios e contas, nomeadamente o balancete e as demonstrações financeiras das companhias de seguros. No mapa de demonstração financeira e balancete temos as informações relativas aos prémios adquiridos, aos custos com sinistros, as reservas técnicas e as provisões. Utilizou-se a metodologia proposta pelo SCN 2008 para o cálculo dos serviços de seguro vida, não vida e resseguros.

Em Cabo Verde, o resseguro é um serviço integralmente importado e consumido (consumo intermédio) pelas sociedades de seguro. Dado que a balança de pagamento não fornece nenhum detalhe que permita extrair as importações e exportações de resseguro do total dos fluxos de seguro direto, assim foram feitos os cálculos com base nos dados das sociedades de seguros Cabo-verdianas.

### I.3.3. Outras alterações

Ao nível da Administração Pública Central e Local foi realizada uma recodificação minuciosa do classificador económico das despesas e receitas para nomenclatura e operação das contas nacionais, com forte impacto no resultado final.

À semelhança da Administração pública, a produção não mercantil do Banco Central passou a ser medida pela soma dos custos.

Quanto à Formação Bruta de Capital, devido a exigência do SCN 2008, passou a ser tratado como sendo investimento os seguintes produtos: animais vivos, árvores e plantas que produzem repetidamente, Investigação e Desenvolvimento.

Devido à exigência do ERETES, foi feito um tratamento detalhado da variação de existência a partir da base da DNRE, onde foi possível a desagregação da variação de existência em produtos finais, produtos em curso, matérias primas e produtos para revenda.

A tabela 1 apresenta os principais impactos diretos no PIB, resultantes das alterações metodológicas propostas por SCN 2008.

*Tabela 1 : Impactos diretos das alterações metodológicas por comparação com a base 2007 das Contas Nacionais*

	PIB
Despesas em Investigação & Desenvolvimento (I&D)	+
Delimitação setorial (S13: administração pública)	+
Transferência de fundos de pensões para o S13	0

**Fonte:** Contas nacionais, INE

De acordo com o SCN 1993, todas as despesas resultantes da aquisição de bens e serviços de I&D ou de processos de desenvolvimento interno às organizações, eram consideradas custos de exploração da entidade, sendo registados nas contas nacionais como consumo intermédio ou remunerações.

No SCN 2008, pelo contrário, as despesas realizadas em I&D são registadas como investimento (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF). A consequência imediata desta mudança é o aumento do valor do PIB.

Relativamente à delimitação sectorial, o SCN 2008 reforça significativamente os critérios qualitativos de análise das unidades institucionais públicas, com destaque para os aspetos relacionados com o controlo e com a natureza das receitas obtidas.

## II. RESULTADOS DA REVISÃO E DA TRANSIÇÃO PARA O SCN 2008

### II.1 Comparação dos resultados das contas nacionais de 2015 nas duas bases

#### II.1.1. Ótica da produção

Os trabalhos de elaboração das contas do novo ano base conduziram a um novo PIB de 173.911 milhões de escudos cabo-verdianos (CVE) em 2015, ou seja, uma revisão em alta de 15.212 milhões de CVE, e de 9,6%, em relação ao seu nível nas contas base de 2007. Destes 15.212 milhões de CVE, -2.721 milhões de CVE (-19,6 %) são ligados ao setor primário, -3.340 milhões de CVE (-11,6%) ao setor secundário e 20.743 milhões de CVE (21,6%) ao setor terciário (tabela 2).

Analisando o peso dos setores no PIB, o setor terciário representa 67,2% e contribui com 13,1 pontos percentuais (p.p.) na reavaliação de 9,6% do PIB. Os setores primário e secundário com pesos de 6,4% e 14,6% registaram uma contribuição negativa de 1,7 e 2,1 p.p, respetivamente. Os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos, com um peso de 11,8%, apresentam uma contribuição 0,3 p.p. na reavaliação do PIB.

Tabela 2 : PIB segundo as bases de 2015 e 2007 (em Milhões de CVE)

	2015		Diferença absoluta	Diferença relativa (%)
	Base 2007	Base 2015		
<b>Valor acrescentado bruto total</b>	<b>138.667</b>	<b>153.349</b>	<b>14.682</b>	<b>10,6</b>
Setor primário	13.866	11.145	-2.721	-19,6
Setor secundário	28.759	25.419	-3.340	-11,6
Setor terciário	96.043	116.785	20.743	21,6
Impostos Líquidos de subsídios sobre produtos	20.032	20.562	530	2,6
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>158.699</b>	<b>173.911</b>	<b>15.212</b>	<b>9,6</b>

Fonte: Contas nacionais, INE

#### II.1.1.1 Setor Primário

O Valor acrescentado bruto do setor primário situou-se em 11.145 milhões de CVE e representa 6,4% do PIB na nova base 2015. Este setor foi revisto em baixa (- 2.721 milhões CVE) em relação a base 2007. Esta diminuição resulta, essencialmente, da avaliação da produção agrícola, indicada pelo recenseamento geral da agricultura (RGA 2015), fonte que tem uma melhor cobertura de informação. Por isso, para a elaboração das Contas, optou-se pela utilização da fonte RGA 2015.

A fase de pré-arbitragem e equilíbrio dos produtos, conduziu à introdução de correções, conforme a demanda de cada produto. Assim, as produções provenientes do RGA 2015 foram revistas em baixa comparativamente às estimativas até então utilizadas na produção das contas anuais.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) do ramo de atividade da Pesca e Aquicultura, contrariamente ao ramo de atividade da agricultura, teve uma variação positiva de 35,4% entre as duas bases. Esse aumento justifica-se fundamentalmente pela revisão dos dados de capturas provenientes do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pesca (INDP), onde foram incluídas as informações de capturas feitas dentro da zona económica exclusiva pelos barcos embandeirados.

Tabela 3 : Desvio dos valores acrescentados do setor primário entre as bases 2015 e 2007

	2015		Diferença absoluta	Diferença relativa (%)	Peso no PIB base 2007 (%)	Peso no PIB base 2015 (%)
	Base 2007	Base 2015				
<b>Valor Acrescentado do Setor Primário</b>	<b>13.866</b>	<b>11.145</b>	<b>-2.721</b>	<b>-19,6</b>	<b>8,7</b>	<b>6,4</b>
Agricultura produção animal caça floresta	11.995	8.610	-3.385	-28,2	7,6	5,0
Pesca e Aquicultura	1.872	2.535	663	35,4	1,2	1,5

Fonte: Contas nacionais, INE

### II.1.1.2 Setor Secundário

O VAB do setor secundário situou-se em 25.419 milhões de CVE e representa 14,6% do PIB na nova base 2015, o que significa uma diminuição em relação à base 2007 no valor de 3.340 milhões de CVE (Tabela 3). Esta diminuição justifica-se pela melhoria de tratamento da base do inquérito anual às empresas, do inquérito ao setor informal e do impacto da reavaliação da produção agrícola.

As indústrias alimentares, bebidas e tabacos tiveram uma redução de 1.727 milhões de CVE, quando comparadas à base 2007. Esta queda deve-se ao fato das empresas de captura do pescado sem navio-fábrica terem sido reclassificadas no ramo da pesca.

Com a mudança do ano base, os ramos de eletricidade e água tiveram uma redução no valor de 315 milhões de CVE, em relação à base 2007. Importa realçar que as informações relativas à venda de água pelos municípios foram obtidas a partir de estimativa.

A queda de 1.181 milhões de CVE no ramo da construção tem a ver com a revisão da estimativa da produção da parte informal da atividade, que teve uma redução drástica, de acordo com as informações do inquérito ao setor informal.

Tabela 4: Desvio dos valores acrescentados do setor secundário entre as bases 2015 e 2007

	2015		Diferença absoluta	Diferença relativa (%)	Peso no PIB base 2007 (%)	Peso no PIB base 2015 (%)
	Base 2007	Base 2015				
<b>Valor Acrescentado do setor secundário</b>	<b>28.759</b>	<b>25.419</b>	<b>-3.340</b>	<b>-11,6</b>	<b>18,1</b>	<b>14,6</b>
Indústrias Extrativas	566	517	-49	-8,6	0,4	0,3
Indústrias Alimentares, bebidas e tabaco	6.636	4.909	-1.727	-26,0	4,2	2,8
Outras Indústrias Transformadoras	3.754	3.686	-68	-1,8	2,4	2,1
Eletricidade e água	5.234	4.919	-315	-6,0	3,3	2,8
Atividade de construção	12.569	11.388	-1.181	-9,4	7,9	6,5

Fonte: Contas nacionais, INE

### II.1.1.3 Setor Terciário

O VAB do setor terciário fixou-se em 116.785 milhões de CVE, o que representa em termos relativos, um aumento de 21,6%, em relação à base 2007. Este setor representa 67,2% do PIB na nova base de 2015 (Tabela 5).

A revisão em alta deve-se principalmente à melhoria no tratamento de dados, nomeadamente o aluguer imputado, nova metodologia de cálculo de SIFIM e das informações provenientes da fonte IAE.

Os maiores impactos foram registados nos ramos de atividades dos serviços financeiros e de seguros (5.380 milhões de CVE), alojamento e restauração (5.360 milhões de CVE), administração pública, defesa e segurança social obrigatória (4.111 milhões de CVE) e atividades imobiliárias (3.713 milhões de CVE).

Tabela 5: Desvio dos valores acrescentados do setor terciário entre as bases 2015 e 2007

	2015		Diferença absoluta	Diferença relativa (%)	Peso no PIB base 2007 (%)	Peso no PIB base 2015 (%)
	Base 2007	Base 2015				
<b>Valor Acrescentado do setor Terciário</b>	<b>96.043</b>	<b>116.785</b>	<b>20.743</b>	<b>21,6</b>	<b>60,5</b>	<b>67,2</b>
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	16.179	15.305	-874	-5,4	10,2	8,8
Transporte e armazenagem	15.171	14.639	-532	-3,5	9,6	8,4
Alojamento e restauração	7.260	12.620	5.360	73,8	4,6	7,3
Atividade de informação e de comunicação	5.840	6.503	663	11,3	3,7	3,7
Atividades financeiras e de seguros	6.138	11.517	5.380	87,7	3,9	6,6
Atividades imobiliárias	12.622	16.335	3.713	29,4	8,0	9,4
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	895	2.091	1.197	133,8	0,6	1,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3.619	3.630	11	0,3	2,3	2,1
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	14.134	18.245	4.111	29,1	8,9	10,5
Educação	8.785	8.717	-68	-0,8	5,5	5,0
Saúde humana e ação social	3.276	3.201	-75	-2,3	2,1	1,8
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	252	1.740	1.488	590,0	0,2	1,0
Outras atividades de serviços	1.160	1.338	179	15,4	0,7	0,8
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades	713	903	191	26,8	0,4	0,5

Fonte: Contas nacionais, INE

### II.1.2. Ótica da procura

As despesas de consumo final cifram-se em 143.704 milhões de CVE na nova base, contra 133.410 milhões CVE na base 2007, traduzindo-se num aumento de 7,7%. O seu peso no PIB diminuiu de 84,1% (base 2007) para 82,6% (base 2015). O aumento do consumo final de 10.294 milhões de CVE está associado à melhoria da estimativa do consumo das famílias (4.730 milhões de CVE), ao aumento da despesa de consumo final não mercantil das

Administrações públicas (5.315 milhões de CVE) e das Instituições Sem fins Lucrativos ao Serviços das Famílias (250 milhões de CVE).

O Consumo Final foi o que mais contribuiu para o nível de reavaliação do PIB (6,5 p.p.).

Tabela 6: Empregos do PIB, bases 2015 e 2007

	2015		Diferença absoluta	Diferença relativa (%)	Contribuição do desvio no PIB	Peso no PIB base 2007 (%)	Peso no PIB base 2015 (%)
	Base 2007	Base 2015					
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>158.699</b>	<b>173.911</b>	<b>15.212</b>	<b>9,6</b>			
<b>Despesa de Consumo Final</b>	<b>133.410</b>	<b>143.704</b>	<b>10.294</b>	<b>7,7</b>	<b>6,5</b>	<b>84,1</b>	<b>82,6</b>
Família	103.353	108.083	4.730	4,6	3,0	65,1	62,1
Administração Pública	29.918	35.233	5.315	17,8	3,3	18,9	20,3
Instituições sem fins lucrativos (ISLF)	138	388	250	181,2	0,2	0,1	0,2
<b>FBCF</b>	<b>45.681</b>	<b>46.028</b>	<b>347</b>	<b>0,8</b>	<b>0,2</b>	<b>28,8</b>	<b>26,5</b>
Privado	34.045	31.117	-2.928	-8,6	-1,8	21,5	17,9
Público	11.635	14.911	3.276	28,2	2,1	7,3	8,6
<b>Varição de Existências</b>	<b>2.225</b>	<b>4.592</b>	<b>2.367</b>	<b>106,4</b>	<b>1,5</b>	<b>1,4</b>	<b>2,6</b>
<b>Exportações líquidas</b>	<b>22.617</b>	<b>-20.414</b>	<b>2.203</b>	<b>-9,7</b>	<b>1,4</b>	<b>-14,3</b>	<b>-11,7</b>
<b>Exportações</b>	<b>71.268</b>	<b>71.539</b>	<b>271</b>	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	<b>44,9</b>	<b>41,1</b>
Exportações de Bens	15.186	13.903	-1.283	-8,4	-0,8	9,6	8,0
Exportações de serviços	56.081	57.635	1.554	2,8	1,0	35,3	33,1
<b>Importações</b>	<b>93.884</b>	<b>91.952</b>	<b>-1.932</b>	<b>-2,1</b>	<b>-1,2</b>	<b>59,2</b>	<b>52,9</b>
Importações de Bens	70.787	68.101	-2.686	-3,8	-1,7	44,6	39,2
Importações de Serviços	23.097	23.851	754	3,3	0,5	14,6	13,7

Fonte: Contas nacionais, INE

A formação bruta de capital fixo (FBCF) aumentou 0,8% (347 milhões de CVE) na base 2015, contribuindo com 0,2 p.p. para a variação do PIB. A taxa de investimento passa de 30,2% (base 2007) para 29,1% (base 2015).

Em relação ao comércio externo, registou-se uma redução de 1.932 milhões de CVE (- 2,1%) para as importações e um aumento de 271 milhões de CVE (0,4%) para as exportações. As revisões ocorridas na base 2015 traduziram-se numa melhoria do saldo externo das trocas de bens e serviços de 2.203 milhões de CVE, em relação ao verificado na base 2007, contribuindo com 1,4 p.p. para o aumento do PIB.

### II.1.3. Ótica do rendimento

De acordo com os resultados da tabela 6, as remunerações dos empregados, relativamente à base 2007, aumentaram 4.409 milhões de CVE. Este aumento deve-se à melhoria de informações provenientes do IAE e do IDRF 2015.

O excedente bruto de exploração/rendimento misto bruto na base 2015 é de 88.635 milhões de CVE. O aumento em termos relativos é de 12,9% em relação à base 2007.

Tabela 7: PIB na ótica do rendimento: bases 2015 e 2007

	2015		Diferença absoluta	Diferença relativa (%)	Contribuição do desvio no PIB	Peso no PIB base 2007 (%)	Peso no PIB base 2015 (%)
	Base 2007	Base 2015					
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>158.699</b>	<b>173.911</b>	<b>15.212</b>	<b>9,6</b>			
Remuneração dos empregados	59.025	63.434	4.409	7,5	2,8	37,2	36,5
Excedente bruto de exploração / Rendimento misto bruto	78.535	88.635	10.100	12,9	6,4	49,5	51
Impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos	20.032	20.562	530	2,6	0,3	12,6	11,8
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	1.107	1.279	173	15,6	0,1	0,7	0,7

Fonte: Contas nacionais, INE

## II.2 Comparação dos indicadores de desempenho económico

O seguimento da performance do país apoia-se essencialmente na análise dos indicadores de performance específico tais como o PIB Per capita, o saldo orçamental, a taxa de pressão fiscal, a taxa de endividamento e o saldo corrente da balança de pagamento. Todos esses indicadores são definidos em relação ao PIB. Assim, uma modificação do nível do PIB tem efeito direto nesses indicadores.

Tabela 8: Resultados de alguns indicadores macroeconómicos (2015): base 2015 e 2007

Indicadores de convergência	2015	
	Base 2007	Base 2015
Saldo orçamental global / PIB	-4,6%	-4,2%
Taxa de pressão fiscal (receitas fiscais/PIB)	19,2%	17,5%
Taxa de endividamento (Divida Pública/PIB)	126,0%	115,0%
Taxa de investimento((FBCF+ Stock)/PIB)	30,2%	29,1%

Fonte: Contas nacionais, INE

Em 2015, o saldo orçamental global em percentagem do PIB passou de -4,6 % (base 2007) para -4,2%(base 2015). A taxa de pressão fiscal foi de 17,5% (base 2015) contra 19,2% (base 2007), ou seja, uma redução de 1,7 p.p. O rácio da dívida pública em relação ao PIB passou de 126,0% (base 2007) para 115,0% na (base 2015). A taxa de investimento passou de 30,2% (base 2007) para 29,1% (base 2015).

## III. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ENTRE 2015 E 2016

O PIB a preços correntes fixou-se nos 184.402 milhões de CVE, em 2016, contra 173.911 milhões de CVE, em 2015, ou seja, um aumento de 6,0 %. Em termos reais, o PIB aumentou 4,3 %, passando de 173.911 milhões de CVE, em 2015, para 181.355 milhões de CVE, em 2016, com a base 2015.

Já com a base 2007, o PIB real passou de 140.297 milhões de CVE, em 2015, para 146.889 milhões de CVE, em 2016, traduzindo-se num aumento de 4,7%.

### III.1 Taxa de variação na ótica de produção

Na ótica de produção, o setor terciário, com o seu maior peso, foi aquele que mais contribuiu para o crescimento do PIB em 2016 (4,4 p.p.). Em sentido contrário, o setor secundário contribuiu negativamente (-1,9 p.p.).

Por sua vez, os impostos líquidos de subsídios sobre produtos contribuem com 1,3 p.p.

Tabela 9: PIB, em volume, peso e contribuição por setores de atividade (base 2015)

	2015	2016	Peso 2015 (%) no PIB	Peso 2016 (%) no PIB	Contribuição no crescimento do PIB (p.p.)
Setor primário	11.145	11.899	6,4	6,6	0,4
Setor secundário	25.419	22.114	14,6	12,2	-1,9
Setor terciário	116.785	124.436	67,2	68,6	4,4
Impostos Líquidos de subsídios sobre produtos	20.562	22.907	11,8	12,6	1,3
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>173.911</b>	<b>181.355</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Contas nacionais, INE

### III.2 Taxa de variação na ótica da despesa

Do lado da demanda, o crescimento foi impulsionado pelo consumo final e investimento. A despesa de consumo final aumentou 7,1%, em 2016. Esse aumento é justificado, fundamentalmente, pelo aumento do consumo final das famílias (8,1%) e do consumo público (3,8%). No entanto, este aumento foi atenuado pela redução do consumo das instituições sem fins lucrativos (-2,3%). A FBCF aumentou 7,6%, em 2016. Essa evolução resulta de um aumento da FBCF privada (14,3%) e diminuição da FBCF pública (6,3%). A FBCF representa 27,3% do PIB, em 2016. Ao nível das exportações líquidas houve uma degradação na balança comercial de 32,2%.

O consumo final com o peso de 84,8%, FBCF com 27,3%, exportações líquidas com -14,9%, contribuíram com 5,8, 2,0 e -3,8 p.p. respetivamente, para o aumento do PIB.

Tabela 10: Evolução dos Empregos do PIB, em volume (base 2015)

	2015	2016	Taxa de variação 2016/15 (%)	Peso 2015 (%) no PIB	Peso 2016 (%) no PIB	Contribuição (em p.p) no crescimento do PIB
<b>Despesa de Consumo Final</b>	<b>143.704</b>	<b>153.850</b>	<b>7,1</b>	<b>82,6</b>	<b>84,8</b>	<b>5,8</b>
Família	108.083	116.889	8,1	62,1	64,5	5,1
Administração Pública	35.233	36.581	3,8	20,3	20,2	0,8
Instituições sem fins lucrativos (ISLF)	388	379	-2,3	0,2	0,2	0,0
<b>FBCF</b>	<b>46.028</b>	<b>49.527</b>	<b>7,6</b>	<b>26,5</b>	<b>27,3</b>	<b>2,0</b>
Privado	31.117	35.561	14,3	17,9	19,6	2,6
Público	14.911	13.966	-6,3	8,6	7,7	-0,5
<b>Variação de Existências</b>	<b>4.592</b>	<b>4.970</b>	<b>8,2</b>	<b>2,6</b>	<b>2,7</b>	<b>0,2</b>
<b>Exportações líquidas</b>	<b>-20.414</b>	<b>-26.991</b>	<b>32,2</b>	<b>-11,7</b>	<b>-14,9</b>	<b>-3,8</b>
<b>Exportações</b>	<b>71.539</b>	<b>77.917</b>	<b>8,9</b>	<b>41,1</b>	<b>43,0</b>	<b>3,7</b>
Exportações de Bens	13.903	14.055	1,1	8,0	7,7	0,1
Exportações de serviços	57.635	63.862	10,8	33,1	35,2	3,6
<b>Importações</b>	<b>91.952</b>	<b>104.908</b>	<b>14,1</b>	<b>52,9</b>	<b>57,8</b>	<b>7,4</b>
Importações de Bens	68.101	78.303	15,0	39,2	43,2	5,9
Importações de Serviços	23.851	26.605	11,5	13,7	14,7	1,6
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>173.911</b>	<b>181.355</b>	<b>4,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Contas nacionais, INE

#### **IV. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS**

A mudança do ano base é um exercício importante e complexo. Para a sua consecução, o INE contou com o apoio técnico do FMI (AfrítacWest2). Este processo que tinha como objetivo a implementação das recomendações emanadas pelo SCN 2008 começou com a elaboração de nova nomenclatura das atividades e de produtos. Durante este trabalho, foram feitas várias ações de capacitação no domínio de ERETES e aprofundamento de conceitos novos do SCN 2008.

O efeito conjugado dessas alterações e da aplicação das recomendações do SCN 2008 conduziram a um aumento do PIB nominal de 158.699 milhões de CVE, base 2007, para 173.911 milhões de CVE, base 2015, ou seja, uma reavaliação de 9,6%.

Após a divulgação das contas de bens e serviços de 2015 e 2016, dar-se-á continuidade a outros trabalhos ligados ao ano base, nomeadamente a extensão no campo de TCEI (Tabelas de Contas Económicas e Integradas), a elaboração de uma Matriz de Contabilidade Social (MCS) e, o alinhamento das contas nacionais trimestrais com a nova base e o manual CNT de FMI 2017. Um outro aspeto importante será a retropolação da série do PIB 2014-2007 e a finalização e divulgação das contas definitivas de 2017 e 2018 no decorrer do ano 2022.

## V. ANEXO

### Anexo 1: PIB em volume (Milhões de CVE)

Secção CAE	Designação	2015	2016	Variação 2016/2015 (%)
A	Agricultura produção animal caça floresta	8 610	9 387	9,0
A	Pesca e Aquacultura	2 535	2 511	-0,9
B	Indústrias Extrativas	517	471	-9,1
C	Indústrias Alimentares, bebidas e tabaco	4 909	5 362	9,2
C	Outras Indústrias Transformadoras	3 686	3 883	5,3
D	Electricidade; captação, tratamento e distribuição de água	4 919	4 268	-13,2
F	Atividade de construção	11 388	8 131	-28,6
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	15 305	17 727	15,8
H	Transporte e armazenagem	14 639	20 330	38,9
I	Alojamento e restauração (restaurante e similares)	12 620	10 294	-18,4
J	Atividade de informação e de comunicação	6 503	4 864	-25,2
K	Atividades financeiras e de seguros	11 517	13 253	15,1
L	Atividades imobiliárias	16 335	16 878	3,3
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 091	1 940	-7,2
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3 630	3 973	9,5
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	18 245	18 828	3,2
P	Educação	8 717	9 337	7,1
Q	Saúde humana e ação social	3 201	3 258	1,8
R	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	1 740	1 639	-5,8
S	Outras atividades de serviços	1 338	1 277	-4,6
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico...	903	837	-7,4
	<b>Total do VAB</b>	<b>153 349</b>	<b>158 448</b>	<b>3,3</b>
	Impostos e Taxas Líquidos de subsídios	20 562	22 907	11,4
	<b>PIB</b>	<b>173 911</b>	<b>181 355</b>	<b>4,3</b>

### Anexo 2: PIB a Preços de mercado (preços correntes) em Milhões de escudos

Secção CAE	Designação	2015	2016	Variação 2016/2015 (%)
A	Agricultura produção animal caça floresta	8.610	9.183	6,7
A	Pesca e Aquacultura	2.535	2.459	-3,0
B	Indústrias Extrativas	517	458	-11,5
C	Indústrias Alimentares, bebidas e tabaco	4.909	5.630	14,7
C	Outras Indústrias Transformadoras	3.686	3.781	2,6
D	Electricidade; captação, tratamento e distribuição de água	4.919	5.012	1,9
F	Atividade de construção	11.388	8.477	-25,6
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	15.305	17.864	16,7
H	Transporte e armazenagem	14.639	18.541	26,7
I	Alojamento e restauração (restaurante e similares)	12.620	11.261	-10,8
J	Atividade de informação e de comunicação	6.503	5.299	-18,5
K	Atividades financeiras e de seguros	11.517	13.189	14,5
L	Atividades imobiliárias	16.335	19.129	17,1
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.091	2.041	-2,4
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3.630	4.118	13,4
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	18.245	19.524	7,0
P	Educação	8.717	9.363	7,4
Q	Saúde humana e ação social	3.201	3.544	10,7
R	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	1.740	1.494	-14,1
S	Outras atividades de serviços	1.338	1.455	8,7
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades	903	941	4,1



Visite-nos em: [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

